

**CRISE DE ORIENTAÇÃO DE SENTIDO E APROXIMAÇÕES SOBRE A  
EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA NA CONCEPÇÃO DE HUGO  
CHÁVEZ**

***CRISIS IN THE SENSE OF GUIDANCE AND APPROACHES ABOUT  
THE EPISTEMOLOGY OF HISTORY IN HUGO CHÁVEZ'S NOTION***

Tiago Ciro Moral Zancopé

**RESUMO**

A partir da década de 80, três eventos de ordem econômica, social e institucional provocaram grandes fraturas no imaginário coletivo venezuelano, levando a uma crise na promoção de articulação de sentido. O primeiro, conhecido como *Viernes Negro*, representou a desvalorização da moeda local, o *Bolívar*, e desestabilizou as relações econômicas internas e externas. Em seguida, em 1989, uma série de protestos tomaram a região metropolitana da capital federal, Caracas, contra o reajuste da tarifa do transporte coletivo, o que demonstrou a insatisfação da população com a agenda de reformas do governo. E, por fim, a tentativa de golpe militar, em 1992, exacerbou a insatisfação de parte das tropas contra o sistema político vigente e a figura de Carlos Andrés Pérez. Nesse contexto, surge Hugo Chávez e, a partir de suas reflexões, pretende-se perscrutar a estratégia adotada para suplantar os dilemas mencionados, juntamente com a particular compreensão acerca da epistemologia da história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise de orientação; história; Hugo Chávez; Venezuela.

**ABSTRACT**

From the 80's, three events of economic, social and institutional order caused major fractures in the collective imaginary in Venezuela, leading to a crisis in promoting articulation of meaning. The first episode known as *Viernes Negro* represented the devaluation of the local currency, the *Bolivar*, resulting in a loss in the purchase power in addition to destabilizing the internal and external economic relations. Then, in 1989 a series of protests took over the metropolitan area of the federal capital, Caracas, against the raise in public transport fare showing all the dissatisfaction of the population with the agenda of reforms of the government. And finally, the attempted military coup on February 4, 1992 exacerbated the discontent in the troops against the existing political system and the figure of Carlos Andrés Pérez. It is in this context that arises from among the mutineers the figure of Hugo Chavez's and, based on his thoughts and reflections, it is intended to scrutinize the strategy adopted to overcome the mentioned dilemmas along with a particular understanding of the epistemology of history.

**KEY WORDS:** Crisis of guidance; history; Hugo Chávez; Venezuela.

---

\*Bolsista Capes de doutorado em História PPGH-FH-UFG, Rua T-36, Ed. Pinamar, N. 3.387, Ap. 700, Setor Bueno, Goiânia-GO, CEP: 74223-055. ticaohc@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Antes de adentrar a temática eleita, é fundamental contextualizar os eventos que precederam a ascensão de Hugo Chávez ao poder na Venezuela. A bonança obtida com a exploração do petróleo durante o quadriênio de 1974 a 1979 foi capitalizada na segunda campanha eleitoral à presidência de Carlos Andrés Pérez, em 1988. Assim, o seu retorno à chefia do executivo era considerado, por muitos, como a possibilidade de regresso a um tempo no qual havia crescimento econômico, ampliando a expectativa de um futuro promissor. Portanto, quando Carlos Andrés Pérez deixou o país em direção aos Estados Unidos e, em seguida, embarcou para a cidade de Davos na Suíça, o mesmo acreditava poder apresentar à comunidade internacional os primeiros sinais positivos sobre a recuperação da economia venezuelana<sup>1</sup>, que, em linhas gerais, vinha se deteriorando desde 1983 com a desvalorização da moeda local, o *Bolívar*, frente ao dólar, no evento conhecido como *Viernes Negro*<sup>2</sup>.

Os desdobramentos dessa crise, igualmente, tinham impactado a área social devido ao aumento do desemprego, à intensificação da concentração de renda entre os mais ricos e, finalmente, à incapacidade generalizada do Estado de fornecer serviços essenciais à

---

<sup>1</sup> De acordo com Gilberto Maringoni (2008, p. 92): “Em 1991, o crescimento do PIB bateria na incrível marca de 9,7%. No entanto, esse desenvolvimento se dava a partir de um patamar extremamente baixo, consequência da penosa crise dos anos anteriores. As reservas internacionais do Banco Central alcançaram US\$ 14,1 bilhões, o equivalente à média do início dos anos 1980. A queda fora acentuada: em 1988 chegara a mínimos US\$ 6,67 bilhões, em 1989 já eram US\$ 7,41 bilhões e em 1990 somavam US\$ 11,75 bilhões”. Apesar disso, a problematização engendrada pelo autor a respeito dos dados corroborou uma interpretação entre a distância desses números e a realidade, ou seja, se por certo acontecia uma melhoria significativa no ambiente econômico, tais indícios ainda não seriam observados pela sociedade em seu cotidiano.

<sup>2</sup> O decreto de moratória da dívida mexicana no segundo semestre de 1982 provocou um verdadeiro alvoroço entre os credores dos títulos latino-americanos e, em especial, dos detentores de papéis brasileiros, argentinos e venezuelanos, justamente porque estes correspondiam aos países mais endividados e, portanto, temia-se um calote generalizado dessas nações. A partir daí, inicia-se um acentuado processo de fuga de capitais, debilitando a situação econômica do país que, não apenas dependia do financiamento externo para estimular os demais setores da cadeia produtiva, como necessitava desses recursos para honrar o pagamento de empréstimos contraídos previamente. Nesse tumultuado cenário, o aumento do valor do barril de petróleo, em decorrência da guerra entre Irã e Iraque, poderia representar um alívio nas contas públicas, porém nem mesmo tal medida conseguiu contrabalançar o avanço do déficit. Deste modo, o anúncio feito pelo então mandatário Luis Herrera Campins no dia 18 de fevereiro, sexta-feira, depreciando o valor do *Bolívar* em relação ao dólar, nas palavras de Manuel Caballero (2003, p. 169, tradução própria), representou “o fim de uma velha ilusão, a da solidez de sua moeda que comparava com as dos países do Primeiro Mundo; que era recebida como moeda de uso corrente em algum dos países vizinhos de maior comércio com a Venezuela; e era aceita para o câmbio sem maiores dificuldades em outros. Significava que devia não apenas limitar suas viagens, senão também o tempo de sua estada e o nível de seus gastos no estrangeiro. ‘Venezuela quebra. Miami em bancarrota’ destacava na capa o diário Miami Herald”.

população para amenizar as mazelas do desequilíbrio financeiro, como foi evidenciado pelos violentos protestos contra o reajuste da tarifa do transporte coletivo durante o *Caracazo*<sup>3</sup>.

De fato, graves problemas amontoavam-se em estado de pendência e, no momento em que desembarcou no aeroporto de Maiquetía, o presidente foi recebido pelo general Fernando Ochoa, então ministro da defesa, que comunicava uma tentativa de golpe de Estado. Deslocando-se para a sede administrativa do governo, o Palácio de Miraflores, o líder venezuelano logrou iniciar a mobilização do restante das forças armadas que permaneciam fiéis ao governo. “Tentando tomar a ofensiva diante dos acontecimentos, Carlos Andrés Pérez faz um pronunciamento televisivo ao país à 1h20 da madrugada. Denuncia os golpistas e os acusa de quererem perpetrar um genocídio e a volta da ditadura” (MARINGONI, 2008, p. 94).

De outro lado, as tropas rebeladas asseguraram o controle de distintos espaços no interior, a saber, “instalações militares em Maracay - sede oficial do exército -, Maracaibo, segunda cidade em importância na Venezuela e sede principal da atividade petroleira, e Valencia, principal cidade industrial do país” (MEUCCI, 2008, p. 6). Dessa forma, seria importante dominar Caracas, e essa tarefa deveria ser cumprida pelos tenentes-coronéis Hugo Chávez e Yoel Acosta Chirinos. Enquanto o primeiro seria responsável pela tomada da sede do governo, o segundo deveria neutralizar possíveis focos de resistência a fim de abrir caminho para a chegada de reforços.

Entretanto o golpe não se efetivou. As explicações são inúmeras. Seja porque a movimentação golpista foi delatada aos agentes de segurança do governo, ou devido ao fracasso em atingir as metas traçadas para dominar a capital, tais como o controle de pelo menos três pontos estratégicos, ou a inabilidade em garantir uma mobilização popular nesse ínterim, excluindo a participação civil no mesmo, ou, finalmente, a incompetência dos insurgentes ao estabelecerem um centro de comunicações que efetivamente pudesse

---

<sup>3</sup> A contrapartida exigida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), após a assinatura do acordo de empréstimo de US\$ 4,5 bilhões, obrigava o governo a reajustar uma série de tarifas – água, eletricidade, gás, telefone – além do preço do combustível em 100%, caso quisesse manter seu compromisso de reduzir o gasto público cortando, notadamente, subsídios, assim como o fim do controle do preço sobre os demais produtos – com exceção de 18 itens que compunham a cesta básica. Nesse contexto, a *Fedecámaras (Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela)* aceitou organizar-se no interior da nova lógica econômica, mas essa medida não foi acompanhada por todas as associações ou representações patronais; a título de exemplo, a Câmara de Transportes antagonizou-se com a administração de Carlos Andrés Pérez, pois desejava reajustar o valor da tarifa em 70%, contrapondo-se aos 30% autorizados pelo Estado. Isto posto, a associação decidiu por uma paralisação no dia 27 de fevereiro, medida que por si só já causaria problemas aos usuários; porém aqueles que dependiam desse tipo de locomoção se surpreenderiam ainda mais quando as empresas que decidiram colocar seus veículos nas ruas o fizeram mediante a cobrança de uma tarifa abusiva. Tal feito foi recebido com revolta pela população e esse sentimento espalhou-se num curto espaço de tempo por toda a região metropolitana de Caracas numa convulsão social generalizada que se estendeu até os primeiros dias do mês de março daquele ano (MAYA, 2010) (MARTÍNEZ, 2008).

coordenar *in actu* as diversas ações desencadeadas em território nacional. Os autores consultados, Gilberto Maringoni (2008), Miguel Ángel Martínez Meucci (2008), Richard Gott (2004)<sup>4</sup>, Manuel Caballero (2003) e Thays Peñalver (2016)<sup>5</sup>, coincidiram em suas argumentações acerca da iniciativa encabeçada por Chávez de se render, abortando, por conseguinte, a intentona militar.

Iniciava-se, dessa maneira, um período de negociações entre o tenente-coronel e os representantes do governo, em que o primeiro convenceu seus interlocutores a permitirem a realização de um pronunciamento televisivo, pois, em vista da amplitude da insurgência, isso poderia ajudar a desmobilizar os demais amotinados. Assim, o “desajeitado oficial, suando, nervoso e piscando convulsivamente pedia, por favor, a seus companheiros sublevados que depusessem suas armas” (PEÑALVER, 2016, p. 241), em um pronunciamento cuja duração se estendeu por aproximadamente um minuto e mais alguns segundos:

Antes de qualquer coisa, quero dar ‘bom dia’ a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no Regimento de Paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valencia.  
Companheiros: lamentavelmente, *por enquanto*, os objetivos que nós colocamos não foram atingidos na capital. Quero dizer, que nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Aí onde vocês estão agiram muito bem, porém já é tempo de evitar mais derramamento de sangue, já é tempo de refletir e virão novas situações e o país tem a oportunidade de avançar definitivamente para um futuro melhor.  
Assim que ouvirem minhas palavras, escutem o comandante Chávez, que lhes envia esta mensagem e, por favor, reflitam e deponham as armas porque já, de verdade, os objetivos que nós traçamos a nível nacional é impossível que os conquistemos.  
Companheiros: escutem esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e diante de vocês, *assumo a responsabilidade* deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado. (CHÁVEZ, 1992, destaque próprio).<sup>6</sup>

Tanto o impacto causado por essa declaração, conhecida como *Discurso Del Por Ahora*, quanto o ambiente a sua volta, foram esquadrihados pela ensaísta Ana Teresa Torres, observando sua linguagem textual, visual e simbólica:

---

<sup>4</sup> Tais motivos correspondem a uma síntese realizada a partir da leitura dos três primeiros autores.

<sup>5</sup> A publicação relata uma impressionante narrativa sobre a trajetória de Hugo Chávez contraposta ao contexto ideológico, militar e político da nação. Destarte, a análise sustentada pela autora, examinando inúmeros pormenores vinculados aos eventos ao redor da conspiração castrense desta, em parte, daqueles apresentados pelos autores mencionados. Todavia, não será viável examinar detalhadamente tais elementos, senão destacar a divergência da autora no tocante ao episódio.

<sup>6</sup> O vídeo do depoimento está disponível online e o link para acessá-lo consta no referencial bibliográfico.

Os analistas políticos ressaltaram inúmeras vezes duas frases desse pronunciamento: ‘por enquanto’ que se fez célebre, de modo que, quando é pronunciada, de imediato se considera uma alusão a Chávez; e ‘assumo a responsabilidade’, porque na Venezuela assumir responsabilidades é um hábito incomum. Poderia adicionar que, ao assumir a responsabilidade pelo movimento, de fato se estava consolidando como o líder do mesmo. Menor importância se outorgou a saudação de ‘bom dia’, que não deixa de ser uma estranha maneira de dirigir-se a um levante em armas no país cuja Constituição acaba de violar. A expressão tem mais de locutor de notícias que de conspirador. Interpretou-se como um gesto de cortesia, o que seria banal; mais bem sugere que o enunciador estava oferecendo ao destinatário da mensagem – o povo da Venezuela – um bom despertar, o destino melhor prometido a continuação. O herói começava a falar em chave messiânica (TORRES, 2009, p. 168)<sup>7</sup>.

Convém assinalar trechos específicos da passagem da autora, pois eles servirão de parâmetro para a compreensão da súbita identificação entre determinadas partes da sociedade e o tenente coronel. A partir do momento em que ele se apresentou à pátria como o responsável por aquela rebelião, distanciou-se do consenso sobre as práticas políticas democráticas, em que as leis carecem de um rito em que são debatidas em comissões e plenários antes de serem promulgadas oficialmente, adquirindo efeito. Outrossim, quando esse itinerário não é corretamente entendido, pode transmitir a impressão da falta de autoridade, como se não houvesse responsáveis pelas decisões que impactam os demais – em suma, de um vazio institucional, cuja ordem não consegue ser compreendida e, tampouco, rompida.

Paralelamente, o Estado alegava fazer-se presente contra essa ilusória aporia, mas é percebido pela coletividade como ausente, pois foi diante de seus desígnios que ocorreu a depreciação da moeda que impactou diretamente a matriz econômica. Nesse passo, o panorama social chegou ao ápice da tensão. O desenrolar desse processo foi dramaticamente vivenciado durante uma duríssima revolta social que o tenente-coronel almejava capitalizar por meio do motim castrense ocorrido no dia 4 de fevereiro. Não obstante, as análises de Ana

---

<sup>7</sup> A autora também destacou que “pouco depois do golpe, nas festas de Carnaval, as crianças se disfarçaram de ‘chávezinhos’ ao invés de Zorros ou Super-homens, começaram a ser vendidas camisas com o rosto do comandante, e os muros das cidades se encheram de grafites com mensagens alusivas” (TORRES, 2009, p. 169). E, segundo constatou Maringoni (2008, p. 96), a popularidade do líder era tamanha que “64,7% da população o considerava uma pessoa confiável para dirigir os destinos do país, colocando-se à frente de muitas lideranças conhecidas, como o próprio ex-presidente Rafael Caldera”. O último, de acordo com o historiador Manuel Caballero (2003), compreendeu que, por detrás dessa insurreição, sobressaíam fortes indícios de uma crise institucional carente de resolução, refletindo o propósito disso no parlamento venezuelano. Em função da dimensão adquirida pela reverberação desse diagnóstico, Caldera será eleito mais adiante ao cargo de presidente da república para um mandato durante o quadriênio 1994-1998.

Teresa Torres (2008) e Hugo Chávez (2002)<sup>8</sup>, elaboradas com base nos fatos transcorridos sobre esse evento, corroboravam a tese de uma criação de orientação de sentido particular e coletiva<sup>9</sup>.

Reconhecendo a vantagem contida na capacidade de se reexaminar esse episódio, distante de seu contexto originário e ponderando analogamente sobre a possibilidade de se localizar novos elementos, a ensaísta defendeu a tese sobre a perda do vínculo existente entre a democracia, como um sistema político e de governança capaz de gerir e organizar as atividades desempenhadas no país, e a noção de progresso. O epítome corresponderia à capacidade de evolução – assimilada como aprimoramento - da economia, com o acréscimo na geração de riqueza; do social, com a erradicação da pobreza e a capacitação de políticas públicas; e do tecnológico, com o desenvolvimento de equipamentos e instrumentos facilitando a execução de diversas tarefas e serviços<sup>10</sup>.

Ainda segundo a autora, a ruptura dessa premissa comprometia o imaginário venezuelano, posto que tal corte incidia também sobre o arcabouço cultural construído ao seu redor. Desequilibrava-se, assim, a correspondência entre o “espaço de experiência” ressoada perante a avaliação atribuída à importância, à condição, à simbologia das circunstâncias advindas do pretérito, e em consideração ao devir e ao “horizonte de expectativas”, sendo que o exercício imaginativo ou probabilístico tanto pode referenciar a transformação desses, como vislumbrar e narrar cenários peculiares<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Apesar desses manifestos terem sido produzidos ainda em 1992, utilizou-se como referência o ano de 2002 porque esses foram consultados no interior da obra, *Documentos de la Revolución Bolivariana*, coordenada por Alberto Garrido.

<sup>9</sup> Reportou-se a essa locução apoiando-se nas definições ensejadas por Jörn Rüsen (2001; 2015) devido a sua indispensabilidade no *corpus teórico* instituído pelo autor. Nesse sentido, como tributário das incontáveis modificações ocorridas ao longo do tempo, torna-se imprescindível pôr em ação a consciência histórica, a saber, a faculdade de sistematizar tais alterações e os vestígios oriundos dessas por intermédio da conexão de um eixo temporal na qual passado, presente e futuro são mobilizados, assegurando a compreensão e a interpretação dessa conjuntura, ou fenômeno tido outrora como caótico em decorrência de sua insipiência. Ademais, a representação dessa operação ocorre em uma estrutura narrativa incumbida de descrevê-la conforme os intervalos de tempo por essa forma peculiar de pensamento. Feitas essas ressalvas, sublinha-se a gravidade amalgamada pela frustração, ou privação na competência de construir um raciocínio dotado de inteligibilidade temporal exequível para nortear a práxis.

<sup>10</sup> Optou-se por resumir as mais variadas acepções relacionadas a esse léxico, enfatizando três aspectos considerados fulcrais no conjunto deste artigo.

<sup>11</sup> Apesar desses princípios conceituais não terem sido citados pela autora, advoga-se seu uso devido à pertinência dos mesmos na construção da explicação desejada. Com efeito, eles foram tomados de empréstimo do historiador Reinhart Koselleck (2006, p. 306) e dialogam com o viés propedêutico apto a ordenar a cognição histórica, estruturando a apreensão do tempo. “Já ‘experiência’ e ‘expectativa’ não passam de categorias formais: elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera. A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história. Em outras palavras: “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isso, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta – passada, presente ou futura”.

Assim sendo, Ana Teresa Torres discorreu a respeito dessa complexa demanda ocasionada pela implosão dos alicerces erigidos com a redemocratização da nação<sup>12</sup> reiterando:

Recordava esses dias com um grupo de amigos escritores as vicissitudes do mundo literário nos anos 90, e as palavras ‘paralisia’, ‘buraco’, ‘vazio’, salpicavam pela conversa. Provavelmente foi muito comum então a percepção do país como uma máquina parada, sem rumo, sem destino. Uma percepção intolerável. Os indivíduos, as famílias, as sociedades, as nações, requerem para a sua compreensão de um certo relato, uma maneira de contar, de dizer-se: ‘isto somos; esta é a nossa vida; isto é o que representamos’. A história seria esse grande relato que dá identidade a uma nação, uma construção abarcadora na qual se pretender dar conta da totalidade. Esse grande relato não é unicamente o conjunto de feitos que os historiadores expõem em seus livros e as crianças devem aprender na escola; é um sentido que se inocula nos indivíduos para além dos textos. O imaginário nacional resume essa construção, ou, se quiser, o sentido que para as pessoas tem a sua própria história.

O que acontece quando um conglomerado humano perde seu imaginário, a saber, o conjunto de ideias, crenças, conceitos e preconceitos, sentimentos, valores, expectativas, percepções e auto percepções, que lhe conferem uma identidade e um destino? Tem que ser substituído. Não pode permanecer no vazio, ou não por muito tempo. Mas um imaginário coletivo não se constrói de um dia para o outro. Onde poderíamos encontrar a substituição do que não existia no presente? Onde então nos refugiaríamos diante de um país sem norte? (TORRES, 2008, p. 7).

Vinculando as alegações feitas pela autora em relação à perspectiva semântica desde a recorrência da manifestação de léxicos, nas quais seus significados validavam e retratavam a adversidade proveniente da realidade nacional, com o juízo assentado na crítica ao colapso dos paradigmas, fragilizando sua sustentação, verificou-se a impossibilidade de permanência, ou existência dessa configuração encarregada de legitimar o pacto nacional. Apesar de Hugo Chávez e seus parceiros coincidirem com o exame feito pela autora a propósito do esgotamento em torno das inúmeras premissas que amparavam a nação, eles resguardaram

---

<sup>12</sup> No dia 23 de janeiro de 1958 o ditador Marco Pérez Jiménez fugia da Venezuela em direção à República Dominicana, abandonando a presidência que havia exercido com punhos de ferro desde 1952. Com o retorno da democracia, proeminentes figuras como Rómulo Bettancourt, Rafael Caldera e Jóvito Villalba, representando nesta ordem as agremiações *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* – excluindo-se assim a participação do Partido Comunista da Venezuela (PCV) em razão de sua ideologia marxista-leninista – assinaram no dia 31 de outubro o *Pacto de Punto Fijo*, cujo nome faz referência à casa de Caldera, na qual se estabeleciam marcos para atuação desses visando aquartelar os militares, subordinando-os aos civis, como também impulsionar a democracia no país; para tanto, os envolvidos concordavam em respeitar o resultado das eleições, além de governarem a partir de um programa comum, cujo suporte envolvesse, por um lado, os programas partidários e, de outro, compromissos basilares tidos como primordiais à pátria (LUCCA, 2007). Severas críticas a esse modelo de organização política e suas repercussões no âmbito econômico e social foram registradas em PERDOMO (2003) e CRUZ; RIVERA, (2005).

respostas específicas que remetiam a concepções distintas e objetivavam compreender e superar tais dilemas.

Desse modo, destaca-se a elaboração de dois documentos paradigmáticos, o primeiro assinado coletivamente pelos chefes da intencionalidade militar, *Las Razones que nos obligaron a insurgir*, e o segundo, cuja autoria pertence apenas ao tenente-coronel, *El Comandante Hugo Chávez a la Nación*, datados respectivamente de 1992 e 1993, com o propósito de explicar as balizas teórico-filosóficas compartilhadas por esses sujeitos, assinalando as soluções por eles apontadas para os problemas internos. Apresentando-se como soldados bolivarianos, herdeiros de uma tradição iniciada por Simón Bolívar no século XIX de preservar os interesses da pátria, os autores argumentaram que ao se rebelarem estavam respaldando as reivindicações do povo, legítimo detentor da soberania nacional, da qual eles seriam representantes. Além disso, o motim seria justificado pelo artigo 132 da Constituição, cujo texto atribuiria aos militares um amplo espaço de atuação no tocante a assuntos nacionais.

Uma normativa cujo objeto é precisamente marcar o caminho que deve seguir a instituição armada nessas circunstâncias excepcionais em que a subversão da ordem constitucional e legal tem lugar nos poderes do Estado; através de um executivo tirânico e ilegítimo, um Legislativo sem representação popular e um Poder Judicial corrupto e corruptor. Isto é um estado de coisas que hoje impera na Venezuela e a dilacera, em que os representantes dos poderes do Estado violam de maneira diária e sistemática a Constituição e as Leis que juraram cumprir e fazer cumprir (CHÁVEZ et al. apud GARRIDO, 2002, p. 128-129).

De acordo com os autores, o contexto político poderia ser descrito como “[...] uma tirania que pretende ocultar-se ostentando a máscara da democracia” (CHÁVEZ et al., apud GARRIDO, 2002, p. 129). Essa afirmação acompanharia a falta de independência e lisura nas interconexões entre as três esferas do poder público e os partidos políticos. Nesse cenário, o executivo e o legislativo são descritos como faces de uma mesma moeda, atuando em conjunto a fim de se beneficiarem. Se, de um lado, interessaria ao primeiro a eleição de um congresso mais suscetível à aprovação de leis e resoluções beneficiando a sua atuação, os parlamentos almejavam manter suas bases eleitorais, visando a continuação do mandato, sem desconsiderar o cenário local e a própria estrutura partidária. O judiciário, por sua vez, não passaria incólume por esse ambiente, devido à dependência do executivo para a aprovação de seus quadros. Com efeito, o resultado desse conturbado jogo de interesses foi duramente criticado: “A consequência político-legal dessa perversão, deliberada e criminosa da



Democracia, é que se priva o povo da soberania política e se reduz a função do sufrágio a pseudo-legalização da fraude perpetrada pelos partidos políticos e seus candidatos presidenciais” (CHÁVEZ et al., apud GARRIDO, 2002, p. 131).

Em virtude disso, e posicionando-se como autênticos guardiões da constituição, os dirigentes do MBR-200 concluíram que a suplantação das demandas locais implicaria na convocação de um *referendum* revogatório, no qual a população seria a protagonista das decisões acerca da manutenção ou não dos mandatos de políticos e juízes – particularmente os das cortes mais altas. Além de ratificar a necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte incumbida de redigir uma nova constituição habilitada a rearticular um sentido capaz de produzir novas experiências e expectativas e, portanto, romper com a sensação de imobilismo institucional e cívico.

A despeito de reportar e homologar diversas convicções exibidas no documento supracitado, é importante analisar opiniões específicas de Hugo Chávez como, por exemplo, os motivos elencados para rechaçar aqueles que classificam esse movimento de chavismo, ao lado da crítica à construção de um mito em torno de sua pessoa. Destarte, a recusa de nominar uma ideologia visava repelir a exclusividade do protagonismo para si, desconstruindo tanto a trajetória de militância da organização, como a insatisfação galvanizada pela mesma:

A Venezuela já está ‘cansada’ de ‘ismos’ e creio que nosso povo está maduro o suficiente do ponto de vista político para que lhe siga faltando o respeito.

O despertar tormentoso que sacode o país desde o 4 de fevereiro de 1992 é produto da tomada de consciência coletiva, que permitiu aos venezuelanos se convencerem da tremenda força soberana que possuem.

Estou convencido, faz vários anos, que a história tem suas leis gerais que orientam a evolução dos povos e das nações. E muito pouco é o que um indivíduo de ‘carne, osso e espírito’ pode fazer, para conduzir tais correntes avassaladoras.

Muito menos, pode um homem pretender mudar o curso dos acontecimentos históricos. Já dizia nosso líder máximo, o general Simón Bolívar em Angostura, por volta de 1819:

**‘No meio deste oceano de angústias não fui mais do que um vil joguete do furacão revolucionário que me arrebatava como uma fraca palha...’.**

Assim, chamar de ‘chavismo’ ao fenômeno coletivo pós-4F, refletido em centos e centos de manifestações de rebeldia, de protestos pacíficos e violentos, que racharam o velho regime ao nível de suas estruturas, creio que, no mínimo, significa menosprezar as capacidades de percepção da realidade que adquiriu nosso povo em seu desenvolvimento histórico.

Contudo, o MBR-200 seguirá estimulando e promovendo ações diversas contra o regime, para evitar que caiamos novamente na letargia. Como dizia há poucos dias o comandante bolivariano Jesús Urdaneta Hernández: **‘Não podemos permitir que se**

**apague a esperança'** (CHÁVEZ, apud GARRIDO, 2002, p. 215-216, destaques do original)<sup>13</sup>.

O exercício de contextualização promovido até aqui tentou demonstrar a existência de uma historicidade em torno das ações efetivadas por Chávez. Assim sendo, esses princípios não estariam restritos a uma pessoa, ou a um grupo, mas seriam compartilhados por distintos segmentos da sociedade. Efetivamente, a magnitude da ação desencadeada pelo golpe de Estado, cuja operação foi cumprida exclusivamente por militares – excluindo, logo, a presença civil nessa empreitada – requeria que a transmissão do conteúdo da mensagem buscasse estender essa insatisfação à coletividade. Assim, agregava-se um lastro maior de descontentamento, além de novos atores à causa<sup>14</sup>.

Por isso mesmo, paralelamente, houve um esforço de deslegitimação do predomínio de imagem de Chávez, senão da sua atuação frente aos demais, pois do contrário as causas que impulsionaram esse acontecimento e, posteriormente, os desdobramentos sobrevividos daí poderiam ser interpretadas como sendo derivados de uma visão distorcida da realidade, ao invés da tentativa de colocar em prática uma agenda de reinvidicação de modificação do país partilhada com outros agentes.

Agora, como depois do 4 de fevereiro se falou do 'Mito Chávez', apesar de não ser a pessoa mais autorizada para falar sobre isso, vou tentar deixar claro minhas impressões sobre o tema.

Começarei dizendo que não creio no mito e estou convencido de que o povo venezuelano nunca chegou a perceber-me como tal. As ações de apoio que temos recebido de nossos compatriotas têm uma origem eminentemente racional, psicossocial. Penso, melhor, que alguns intelectuais do regime e outros que, sem se dar conta, seguem o seu jogo, ajudando a um processo para tratar de distorcer a

---

<sup>13</sup> A frase atribuída a *El Libertador* foi traduzida seguindo o modelo da publicação Simón Bolívar: o libertador, organizada por Manuel Pérez Vila (2007).

<sup>14</sup> O debate a respeito da provável presença de conspiradores paisanos foi perscrutado por meio de autores como Gilberto Maringoni e Manuel Caballero. Enquanto o primeiro destacou a marcante assistência prestada pelo contingenciamento castrense: “foram detidos 180 oficiais, 58 suboficiais, noventa integrantes de tropas profissionais e 2 mil soldados, segundo dados oficiais” (MARINGONI, 2008, p. 97); o segundo asseverou que “a rebelião não deu mostras de ter ramificações civis. Parecia impossível que uma insurreição militar não poderia ter encontrado alguns desses personagens que sempre estão a ordem para servir, no caso de um golpe de Estado, como secretários de junta, ministros e até presidentes. Mas não foi assim: a impressão que deram os amotinados foi de que não era somente sua a conspiração militar pura e simples, senão de que nela havia inclusive a tática de excluir civis” (CABALLERO, 2003, p. 182). Além do mais, nas entrevistas concedidas a Marta Harnecker (2004) e Ignacio Ramonet (2013), o próprio Hugo Chávez corroborou a observação feita pelos autores, desconsiderando o envolvimento dos civis no motim. Por fim, compete destacar a análise de Caballero (2003) de que essa operação foi assimilada como representando a quebra na aura da excepcionalidade do exército venezuelano – principalmente quando comparada com as intervenções promovidas pelas forças armadas das nações do cone sul – cuja atividade estaria restrita aos marcos legais.

realidade coletiva no mito, como uma forma de apagar a chama da rebeldia, que agora está acesa na alma nacional.

Em todo caso, sim, o ‘Mito Chávez’ chegou a existir de verdade e morreu no dia 27 de novembro, bem-vinda seja a sua morte! [...].

Por sua vez, Aristóteles dizia que: **‘os mitos encerram sempre seu núcleo de verdade’**.

Esse núcleo de verdade na sociedade venezuelana de hoje, radica o renascimento da esperança na mentalidade coletiva. O povo venezuelano voltou a descobrir que tem direito a sonhar e, mais ainda, que tem a obrigação de lutar por seu sonho, regressa dessa maneira a mente nacional a ideia da utopia, isto é, de um país que começa a existir na imaginação coletiva.

E é precisamente aqui onde a utopia se confunde com o mito.

Mas é um mito que não pode ter personificação concreta, senão que é expressão da filosofia coletiva.

Assim que, em meu critério, o único mito que está tomando forma na psique do povo venezuelano do final do século XX é a prodigiosa invenção de um país imaginário e possível; a criação de uma utopia concreta que já começou a mover as novas páginas da história venezuelana.

Esse é o mito do futuro.

E esse mito, senhores do regime, encerra uma realidade para vocês terrível: não morrerá jamais, porque já anda pelos cantos, nos desenhos multicolores e nos olhos saltitantes das crianças venezuelanas. [...] (CHÁVEZ, 1993, apud GARRIDO, 1992, p. 218, destaque do original).

Embora a construção do raciocínio empreendido pelo autor possa gerar desconfiança se de fato este não quis ser percebido pela população sob um viés mítico – e, nesse sentido, tal lógica possibilitaria a conexão de fenômenos cuja simbologia fortificaria uma explicação que extrapolaria os fundamentos contidos num paradigma metódico racional – ao defender a natureza de um sentimento partilhado por uma sociabilidade, Chávez se posiciona como um dos envolvidos nesse processo, ao contrário de concentrar unicamente em si a razão desse desiderato.

A enunciação dessas concepções acerca de sua percepção da história e do mito aconteceu enquanto o tenente-coronel esteve preso em Yare, onde desfrutava da simpatia da população recebendo a visita de admiradores – em busca de uma palavra inspiradora, ou desejosos por entregar toda sorte de presentes<sup>15</sup> – a políticos interessados em dialogar, essa circulação se mantinha restrita aos camaradas que compartilhavam da mesma militância, ou, no limite, de pessoas interessadas em conhecer seus posicionamentos. Desse modo, torna-se

---

<sup>15</sup> A partir das informações fornecidas por Hugo Chávez a Ignacio Ramonet em entrevista (2013), nas quais ele relata uma série de situações, destaca-se o expressivo simbolismo contido na oração destinada a sua pessoa parodiando o Pai Nosso: “*Chávez nuestro que estás en la cárcel, / santificado sea tu golpe, / venga (vengar) a nosotros, tu pueblo, / hágase tu voluntad, / la de Venezuela, / la de tu ejército, / danos hoy la confianza ya perdida, / y no perdones a los traidores / así como tampoco perdonaremos / a los que te aprehendieron. / Sávanos de tanta corrupción / y libranos de Carlos Andrés Pérez. / Amén*” (ORACIÓN AL CHÁVEZ NUESTRO apud ELIZALDE; BÁEZ, 2004, p. 10).

plausível afirmar que, naquele momento inaugural, a sua abrangência não alcançava todo o território nacional.

Todavia, tal panorama seria alterado quando o recém-eleito presidente, Rafael Caldera, concede a anistia a Hugo Chávez<sup>16</sup>. A vitória na corrida eleitoral do histórico líder político foi precedida pela determinação jurídica de afastamento da presidência de Carlos Andrés Pérez – cujo mandato se encerraria em 1994 – juntamente com a assimilação do anseio generalizado por transformações. Para tanto, o líder Caldera precisou se desfiliar da agremiação que havia ajudado a fundar, e pela qual havia exercido anteriormente a presidência da República da Venezuela, para lançar-se candidato pelo Partido Convergência, além de contar com o apoio de legendas menores de centro-esquerda. Com a conquista, rompeu pela primeira vez, desde 1958, a alternância entre os dois maiores partidos do país, AD e COPEI<sup>17</sup>.

Verdadeiramente, pode-se constatar um consenso, compartilhado por distintos autores, a propósito desse segundo mandato como característico do fim de um típico modo de gestão e organização do país. Nesse passo, ressalta-se o exame concebido por Rafael Duarte Villa, cujo diagnóstico da situação enfatizava:

A segunda gestão de Caldera, mais do que restituir o puntofijismo nos trilhos anteriores a 1989, aprofundou entre os setores sociais venezuelanos três sentimentos quase irreversíveis em relação ao sistema político: o desprestígio dos partidos políticos tradicionais e de suas lideranças, das quais Caldera era um ícone; uma sensação de que existia um vácuo de poder incapaz de ser coberto pela elite política remanescente de 1958; e, por fim, o desejo dos setores populares, e mesmo da classe média, de renovar suas elites dirigentes para que estas fizessem funcionar novamente o sistema clientelista redistributivo que tinha operado até os anos de 1980 (VILLA, 2005, p. 158).

Concomitante a esse esclarecimento, cuja leitura permite descortinar as circunstâncias a respeito da inconsistência desse arcabouço, Rafael Arráiz Lucca proporcionou uma explicação ressaltando semelhante conjuntura:

---

<sup>16</sup> “Em contrapartida, enquanto os líderes do MBR-200 aceitavam pedir baixa de sua função militar, paralelamente eles negociavam a manutenção de colegas, no escopo de continuar o trabalho de formação e conscientização ideológica” (HARNECKER, 2004).

<sup>17</sup> Subjazem dois fatos importantes acerca desse pleito: primeiramente, um considerável índice de abstenção de 39,84%, isto é, 3 milhões 859 mil e 579 votantes espalhados pelo espaço nacional optaram por não exercer o seu direito de participar da escolha do próximo mandatário; e, em segundo, o fato dos candidatos Cláudio Fermín (AD), Osvaldo Alvarez Paz (COPEI) e Andrés Velásquez (La Causa R) obterem respectivamente 23,60%, 22,73% e 21,95%. Se compararmos esses percentuais com os obtidos por Caldera, 30,46%, verifica-se que esses concorrentes lograram quantitativamente pelo menos 1 milhão de votos válidos. Deste modo, essa dispersão entre os eleitores reiterava a falta de concordância acerca de qual caminho ou orientação o país deveria buscar; analogamente reforça-se o entendimento em torno de uma figura cuja trajetória fosse conhecida.

Tanto a alta abstenção como a redução da votação dos partidos AD e Copei sinalizam claramente que o período do Bipartidarismo culminou com as eleições de 1993. Então a antipolítica e o rechaço aos partidos do sistema tomavam a agenda pública. A democracia fundamentada em partidos políticos começava a manifestar uma crise aguda, que vinha se incubando há vários anos. Paradoxalmente, a um dos artífices da democracia pactuada no Puntofijo competia fazer a transição a outro horizonte, encarnando a ideia da vontade excluir suprapartidária que solicitava a população (LUCCA, 2007, p. 201)<sup>18</sup>.

Após reaver a liberdade, Hugo Chávez, em companhia de seus aliados, decidiu percorrer ao máximo o território venezuelano, ambicionando divulgar de modo ainda mais enfático a urgência em torno da ideia de se convocar uma Assembleia Constituinte, assim como verificar – e, no limite, reforçar – a disseminação de células de apoio que se instalaram em inúmeros locais durante o período de reclusão de tais lideranças. Apesar de, em alguns lugares, o ex-tenente-coronel ser abordado com argumentos em prol da continuação da perspectiva de luta armada, essa estratégia foi sendo paulatinamente declinada em vista da fragilidade na capacidade de articulação da mesma<sup>19</sup>.

Do mesmo modo, houve, da parte de Chávez, uma intensa campanha pela abstenção de seus seguidores na eleição para escolha de governadores em 1995, provocando, em decorrência disso, a deserção de importantes membros devido ao assédio feito por outras agremiações de esquerda interessadas, sobremaneira, em explorar esse potencial de abstenção nas urnas<sup>20</sup>. Em compensação, a partir dos anos seguintes, consolida-se uma interpretação

---

<sup>18</sup> Durante a campanha eleitoral, Rafael Caldera havia criticado severamente as reformas neoliberais adotadas por Carlos Andrés Pérez, almejando reorganizar a matriz econômica venezuelana. A despeito de haver tentado nos primeiros anos de seu mandato afastar-se de tais proposições, o desdobramento de uma gravíssima crise bancária nacional, ao lado dos impactos provocados pelo Consenso de Washington na região fizeram com que o governo buscasse auxílio junto ao FMI, a fim de recuperar o crescimento do produto interno bruto. Nesse cenário, adota-se em abril de 1996 a *Agenda Venezuela* objetivando, em linhas gerais, contingenciar o gasto governamental, por meio da flexibilização de tarifas públicas, da privatização de companhias estatais e da liberação para exploração de campos de petróleo a empresas estrangeiras, que passariam a atuar concomitantemente a PDVSA; assim, o Estado esperava arrecadar ainda mais dividendos de sua primordial fonte de recursos. Contrariamente ou não, a preservação desse eixo financeiro robustecia um entendimento sobre o distanciamento das consequências advindas dessa política em relação às necessidades diárias de seus cidadãos.

<sup>19</sup> Por mais que houvesse acontecido um esforço de manter nomes específicos no interior das forças armadas, estes eram imediatamente rotulados como sendo oriundos do movimento encabeçado por Chávez; assim diminuía bastante a possibilidade de uma movimentação clandestina. Sobretudo, aconteceu um controle maior por parte daqueles encarregados de observar as atitudes desses subordinados. Entrementes, conforme se estabelecia um contato mais próximo do povo, o líder igualmente percebeu a existência de um claro desejo de mudança, mas dissociado do emprego da violência, ou do confronto armado, como havia ocorrido outrora.

<sup>20</sup> Francisco Arias Cárdenas não somente lançou-se candidato a governador do estado de Zulia pelo partido La Causa R, como também conquistou o posto. Desse modo, uma das lideranças mais próximas de Hugo Chávez o abandonava para assumir um cargo executivo, expondo uma cisão no seio do movimento.

afinada com a escolha pelo caminho eleitoral. Com efeito, tal opção substanciava os resultados obtidos por questionários idealizados por especialistas que indagavam as probabilidades da candidatura e aceitação entre a sociedade do militar reformado:

Decidimos, então, realizar uma consulta popular usando a metodologia da pesquisa. Tornou-se muito mais do que uma pesquisa, já que organizamos equipes nas quais trabalharam psicólogos, sociólogos, professores e também estudantes, procurando integrar pessoas que não eram necessariamente do Movimento, para cuidar da objetividade da consulta.

Fizemos mais ou menos 100 mil consultas entre 1996-1997. Lembro-me de que dividíamos o país em Ocidente, Oriente e Centro, e jovens, professores e estudantes foram para as ruas fazer consultas. Havia duas perguntas registradas no formulário. A primeira: 'Está de acordo que Hugo Chávez seja candidato à presidência da República?' 'Sim ou não?'. A segunda pergunta: 'Você votaria nele?' 'Sim ou não?' Os resultados dessa pesquisa foram a luz verde para tomar a decisão. Lembro-me das respostas à primeira pergunta: por volta de 70% dos votantes disseram 'Sim'; quase 30%, 'Não'. Esse resultado foi bastante contundente. E a resposta à segunda pergunta, 'Votaria em Chávez?', foi surpreendente: a porcentagem de positivo foi quase exatamente igual ao obtido dois anos depois nas eleições presidenciais: 57% pelo 'Sim'. [...]

Discutimos muito sobre o caminho a seguir. Naquele momento, as contradições não deixaram de aflorar. Alguns grupos estavam em desacordo com a via eleitoral e se foram. Acusavam-nos de haver abandonado a via revolucionária porque havíamos abandonado as armas. Mas quem disse que as armas garantem uma via revolucionária? Muitas vezes as armas estão a serviço de processos contrarrevolucionários. Continuam por aí, algumas pessoas ou grupos que permanecem críticos em relação à via eleitoral. Outros voltaram. [...]

Lembro-me de que, quando íamos tomar a decisão eleitoral, falávamos sempre da questão tática. As eleições eram para nós uma questão tática dentro da estratégia, e sempre aceitávamos que os computadores tinham razão, quando compilavam aqueles jogos que praticávamos, que essa questão tática se aproximava de um cenário catastrófico muito arriscado, que corríamos o risco de cair nas malhas do sistema. Quando escolhemos esse caminho, o fizemos muito conscientes de que corríamos esse risco. (CHÁVEZ, 2004).

De fato, o quociente de votos indicado pela enquete se aproximou dos 56,20% obtidos posteriormente durante a eleição para a presidência. Nesse sentido, merece ser distinguida a qualidade do estudo por conseguir precisar, antecipadamente, entre os participantes, a ressonância das noções sustentadas pelo entrevistado, especialmente quando sua proposta central estabelecia – mediante a realização de um referendo nacional – a disposição de criar uma instituição dedicada à redação de uma nova Carta Magna. Por meio desse instrumento, ele acreditava ser possível promover novas balizas nacionais.

É fundamental enfatizar que este esquema era ancorado por uma peculiar concepção acerca da epistemologia da história, isto é, as transformações tencionadas nos planos político, social e econômico acompanhavam uma análise igualmente particular das condições envolvidas no desenrolar do processo histórico. Por certo, concebia-se com esse exercício de conceitualização um específico modo de produzir orientação de sentido, reordenando a história da nação e, com isso, rearranjando a sua historicidade. Tais detalhes podem ser esquadrihados logo no início da entrevista, realizada pelo historiador Agustín Blanco Muñoz, com Hugo Chávez, na qual ele se classificava como um revolucionário inserido num extenso panorama em metamorfose. Diante disso, o entrevistador indaga: “O que você quer dizer com isso de que é mais um no processo? Você coloca o coletivo sobre o individual?” (MUÑOZ, 1998, p. 28). Obtendo como réplica esta anuência:

Sim. Faz um tempo li uma obra de um autor russo [Georgi Plekhanov] sobre o papel do indivíduo na história. Eu acho que o que um homem materializa, é um pouco quando se localiza diante das forças dos acontecimentos. Aqui reside a importância da história. Eu gosto muito da história como ciência, como referência do que foi, para ver o que é e possivelmente o que será, a essência e a existência dos homens, dos povos. Considero que os homens podem se localizar, em um momento determinado, em postos protagônicos que aceleram, retardam, dão um pequeno toque pessoal e um toque distintivo ao processo. Mas creio que a história é um produto do ser coletivo dos povos. E sinto-me entregue absolutamente a esse ser coletivo (CHÁVEZ, 1998).

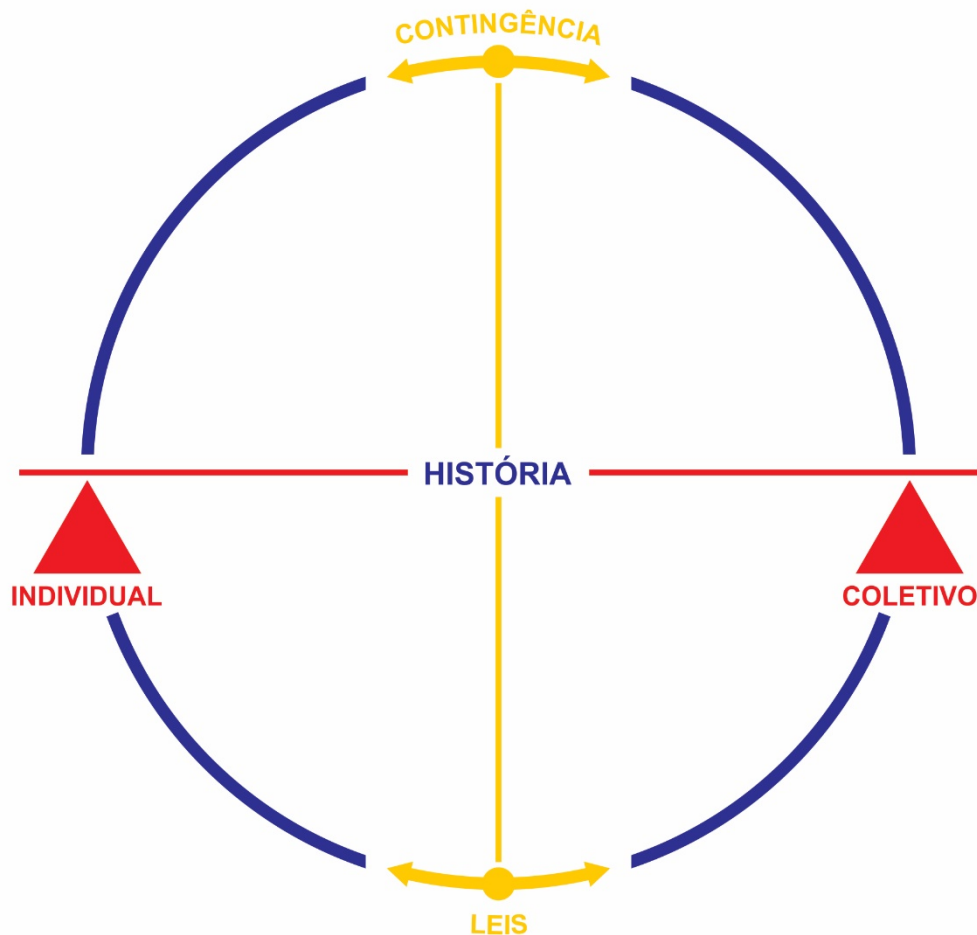
A tréplica escolhida para prosseguir o diálogo verticaliza ainda mais essa temática, questionando qual seria o entendimento a respeito do conceito de história do interlocutor:

Alguém a definia como a mestra da humanidade. Creio que é uma ciência, com leis, causas e efeitos, e que se requer estudá-la com muita atenção e sem falsificá-la como fizeram todos estes povos em nossos países. Há uma história oficial que não corresponde com a realidade. A história, nesse sentido, é uma das ciências mais falsificadas. Poderíamos falar até de uma pseudociência. [...]. Resumindo, a história é uma mestra, mas ela tem sido falsificada, convertida em história oficial. Há que ir em sua busca, aprofundar, mergulhar na profundidade obscura dela mesma para buscar aí o segredo do que somos e do que podemos ser (CHÁVEZ, 1998).

As considerações a propósito da relação entre o individual e o coletivo, ao lado das leis e das causalidades na conformação da natureza histórica, foram alinhadas em um gráfico

que as representa visualmente. Por conseguinte, aprecia-se uma matriz da história, na qual tanto os seus processos, como os seus conhecimentos, estariam permeados entre estes quatro pontos:

**Figura: Epistemologia Da História Segundo Hugo Chávez.**



**Fonte: Elaborado pelo autor.**

A escolha de representar a imagem com as cores da bandeira do país – vermelho, amarelo, azul e branco – revigora a sua função na promoção de um particular sentido para a história nacional. Além disso, não há nenhum tipo de seta ou flecha apontando qual seria o itinerário mais apropriado, pois se acredita na formação de uma relação à feição de um balanço, permitindo o seu descolamento no âmbito desses marcos. Por certo, desconsidera-se a obrigação de se apontar um caminho mais apropriado entre esses elementos, mesmo porque a configuração de seus referenciais coincide com a intenção de seu autor.

À luz desse paradigma, desvelavam-se como os eventos, a começar pelo *Viernes Negro*, agravados com o *Caracazo* e, posteriormente, incorporados na narrativa dos personagens envolvidos na tentativa de ruptura institucional do Golpe Militar do 4F, corroboravam para a exaustão da paisagem nacional, alicerçada na redemocratização do país,



cujo ordenamento servia de base para o desempenho de várias atividades que contribuíam para a conformação de um imaginário associado a ambos.

Assim sendo, a perda de poder aquisitivo da moeda local frente ao dólar e o controle de seu acesso decretado pelo Estado, desestabilizando a economia dependente de uma série de produtos importados, representava o fim de um padrão de consumo, juntamente com o desmoronamento de uma ideia de ascensão social. Em seguida, vislumbrando equacionar o impasse da falta de crescimento do produto interno bruto, advogava-se a imprescindibilidade de se executar ajustes macroeconômicos, diminuindo o protagonismo estatal, seja pela venda de ativos públicos, ou por meio da desregulamentação de tarifas e serviços em benefício de um aumento na concorrência entre corporações privadas. Esses ajustes, por seu lado, expunham-se como aptos a modernizar e aperfeiçoar a gestão dos negócios como um todo, impactando positivamente o mercado. Porém, a confrontação desses desígnios com a realidade da degradação foi notadamente demonstrada nos saques e tumultos que abalaram a região metropolitana de Caracas.

Esperando canalizar as decepções e os ressentimentos acumulados ao longo dos últimos anos, a sublevação dos oficiais de média e baixa patente, conhecidos pela alcunha de *Comacate* – Comandantes, Majores, Capitães e Tenentes – arriscou-se em uma tentativa de destituir Carlos Andrés Pérez da presidência e iniciar um governo disposto a liderar um processo constitucional apto a modificar os pilares das relações econômicas, alterando o quadro social, a par de uma distribuição de renda mais equitativa entre os extremos da pirâmide social.

Se não foi factível alcançar essas metas com a rebelião, uma nova oportunidade surgiria por meio da consagração de Hugo Chávez nas urnas, abrindo um horizonte de expectativa para o cumprimento dessas medidas. Deste modo, num breve intervalo de tempo, entre os anos de 1999 a 2000, o mandatário, respaldado por seus correligionários, conseguiu aprovar a convocação de um referendo, no qual o resultado consentia com o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte incumbida de reescrever a constituição, ordenando a distribuição de distintas leis e resoluções responsáveis por nortear os anseios dos entusiastas comprometidos com o impulso de reformular o ambiente social, político e econômico venezuelano.

Ao final desse empreendimento, a aprovação do documento, além de ratificar a harmonia entre o ímpeto de mudança e a sua representação no interior da Carta Constitucional, igualmente fornecia os subsídios necessários para a consolidação da operação de refundação da nação, na qual a República da Venezuela era substituída pela República

Bolivariana da Venezuela, configurada tanto por uma alteração na relação de poderes – os tradicionais executivo, judiciário e legislativo ganhavam a companhia do **eleitor** e cidadão – mas, sobretudo, pelo reestabelecimento de uma narrativa promotora de sentido da qual Chávez era o artífice<sup>21</sup>.

Ao contrário de seus adversários, o ex-tenente-coronel soube articular teoricamente e difundir nacionalmente como a superação do profundo colapso, no qual o país se encontrava, demandava substancializar medidas que fossem além de respostas exclusivamente técnicas para os problemas, pois isso já havia sido tentando por outras lideranças sem alcançar os efeitos positivos desejados. Deste modo, encetando as resoluções aspiradas no conjunto de um relato mais amplo, habilitava a compreendê-las sob uma particular perspectiva.

Consequentemente, a partir desse momento, se estabelece uma concorrência assimétrica entre os parâmetros salvaguardados pelo mandatário em analogia com as análises antagônicas. Enquanto o primeiro podia se amparar na lógica de haver sistematizado um novo compêndio para a pátria, as possíveis críticas dirigidas a esses fundamentos, independentemente do referencial adotado, acabavam por dialogar – seja para desconstruir, ou no escopo de apresentar alternativas – com essa concepção, demonstrando, no limite, como a realidade venezuelana após 1998 vinculou-se ao referencial postulado por Hugo Chávez.

## REFERÊNCIAS

BOTELHO, Amoroso João Carlos. *De onde veio e o que está em torno do fenômeno Chávez*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília: jan/jun 2009. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19694\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19694_Cached.pdf)>. Acesso em 26 de julho 2016

CABALLERO, Manuel. *Las Crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003.

CHÁVEZ, Hugo. *Entrevista: Coletiva de imprensa*, Caracas: [s.n.], 1992. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VBUo-pYeVfQ>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

CONFERENCIA INAUGURAL DE LA CÁTEDRA VENEZUELA, 2008, Caracas, Venezuela. *Memorias de una venezolana de la democracia*. Caracas: Universidad Metropolitana, 2008.

---

<sup>21</sup> Para maiores informações sobre os pormenores na formação desse específico arcabouço nacional inaugurado pelo mandatário, recomenda-se a leitura do segundo capítulo: O Paradoxo Venezuelano: O Bolivarianismo Como Conceito Básico na Refundação da Nação, do livro, A Refundação da Nação, (2014), do mesmo autor deste artigo.

- CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. *Elecciones Presidenciales Cuadro Comparativo 1958-2000*. Venezuela: CNE, 2000. Disponível em <<http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>>. Acesso em 26 de julho 2016.
- CONSEJO NACIONAL ELECTORAL. *Cuadro Comparativo Abstencional Electoral 1958-2000*. Venezuela: CNE, 2000. Disponível em <<http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>>. Acesso em 26 de julho 2016.
- CRUZ, Atehortúa León Adolfo; RIVERA, Rojas Marcela Diana. *Venezuela antes de Chávez: Auge y Derrumbe del Sistema de "Punto Fijo"*. Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura. Bogotá: 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127113735009>>. Acesso em 21 de junho 2016.
- ELIZALDE, Miriam Rosa; BÁEZ, Luis. *Chávez Nuestro*. Ciudad de La Habana: Casa Editora Abril, 2004.
- GARRIDO, Alberto. *Documentos de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Ediciones del Autor, 2002.
- GOTT, Richard. *À sombra do libertador: Hugo Chávez Frías e a Transformação da Venezuela*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.
- HARNECKER, Marta. *Um Homem, Um Povo*. São Paulo: Editora Expressão Acadêmica, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição À Semântica Dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.
- LUCCA, Rafael Arráiz. *Venezuela: 1830 A Nuestros Días*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- MARTÍNEZ, José Honorio. *Causas e Interpretaciones Del Caracazo*. Ciudad de México: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/253/241>>. Acesso em 27 de junho 2016.
- MAYA, Margarita López. *Luta Hegemônica na Venezuela: A crise do Puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Tradução de Flávio Benedito. [S.I.:s.n.], 2010. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00022751285f6401a3e06>>. Acesso em 21 de junho de 2016.
- MAYA, Margarita López; LANDER, Enrique Luis. *Ajustes, Costos Sociales y la Agenda de los Pobres en Venezuela: 1984-1998*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101003021642/11cap10.pdf>>. Acesso em 28 de junho 2016.
- MEUCCI, Martínez Ángel Miguel. *Golpes de Estado en Venezuela Durante El Periodo 1989-2004: Evolución Del Conflicto Y Contexto Sociopolítico*. Análisis Político, Bogotá: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/anpol/v21n64/v21n64a01.pdf>>. Acesso em 28 de junho 2016.

- MUÑOZ, Blanco Agustin. *Habla el Comandante*. Caracas: CEHA/IIES/FACES, 1998.
- PEÑALVER, Thays. *La Conspiración de los 12 Golpes*. Caracas: La Hoja Del Norte, 2016.
- PERDOMO, Pérez Rogelio. *Venezuela 1958-1999: El Derecho De Una Democracia Renqueante*. Cidade do México: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://bibliohistorico.juridicas.unam.mx/libros/3/1078/14.pdf>>. Acesso em 20 de junho 2016.
- RAMONET, Ignacio. *Hugo Chávez: Mi Primera Vida*. Nova York: Vintage Espanol, 2013.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História - Fundamentos Da Ciência Histórica*. Brasília: Editora Unb, 2001.
- TORRES, Ana Teresa. *La Herencia De La Tribu: Del Mito De La Independencia A La Revolución Bolivariana*. Caracas: Editorial Alfa, 2009.
- UCHOA, Pablo. *Venezuela: A Encruzilhada De Hugo Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2003.
- VILA, Pérez Manuel (Coord). *Simón Bolívar: O Libertador*. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ayacucho, 2007.
- VILLA, Duarte Rafael. *Venezuela: Mudanças Políticas Na Era Chávez*. [S.I.: s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/10.pdf>>. Acesso em 26 de julho 2016.
- ZANCOPE, Moral Ciro Tiago. *A Refundação Da Nação: Bolivarianismo Nos Discursos De Hugo Chávez Frías (1999-2000)*. Goiânia: Editora UFG, 2014.

Recebido em 19/08/2016  
Aceito em 22/11/2016